



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



LICITAÇÃO: TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 23104.023061/2021-15

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

TERMO DE REFERÊNCIA (PARA AS ALTERAÇÕES, DEVE SER APRESENTADA JUSTIFICATIVA, NOS TERMOS DO ART. 29, §1º DA IN 05/2017).

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços, sob demanda, de manutenção predial (corretiva e preventiva), por sistema de registro de preços, por sistema de registro de preços, com fornecimento de equipamentos, peças, materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil- SINAPI- nas edificações dos Campi da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Lote	Item	Código	Descrição	Descrição/Especificação	Unidade	Quantidade	Preço máximo aceitável	Valor total máximo aceitável
-	1	001.627	MANUTENÇÃO/REFORMA PREDIAL	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, sob demanda, de manutenção predial de natureza civil, não elétrica, (corretiva e preventiva), com fornecimento de equipamentos, peças, materiais e mão-de-obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos SINAPI- nas edificações da Cidade Universitária da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campo Grande e Fazenda escola - Terenos	Unidade	2182	R\$ 1.283,50	R\$ 2.800.597,00
-	2	001.627	MANUTENÇÃO/REFORMA PREDIAL	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, sob demanda, de manutenção predial de natureza elétrica, (corretiva e preventiva), com fornecimento de equipamentos, peças, materiais e mão-de-obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos SINAPI- nas edificações da Cidade Universitária da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campo Grande e Fazenda escola - Terenos	Unidade	584	R\$ 1.283,50	R\$ 749.564,00

Lote	Item	Código	Descrição	Descrição/Especificação	Unidade	Quantidade	Preço máximo aceitável	Valor total máximo aceitável
-	3	001.627	MANUTENÇÃO/REFORMA PREDIAL	Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços, sob demanda, de manutenção predial (corretiva e preventiva), com fornecimento de equipamentos, peças, materiais e mão-de-obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil- SINAPI- nas edificações do Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Unidade	234	R\$ 1.283,50	R\$ 300.339,00
1	4	001.627	MANUTENÇÃO/REFORMA PREDIAL	Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços, sob demanda, de manutenção predial (corretiva e preventiva), com fornecimento de equipamentos, peças, materiais e mão-de-obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil- SINAPI- nas edificações do Campus de Chapadão do Sul da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Unidade	140	R\$ 1.283,50	R\$ 179.690,00
1	5	001.627	MANUTENÇÃO/REFORMA PREDIAL	Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços, sob demanda, de manutenção predial (corretiva e preventiva), com fornecimento de equipamentos, peças, materiais e mão-de-obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil- SINAPI- nas edificações no Campus de Coxim da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Unidade	140	R\$ 1.283,50	R\$ 179.690,00
2	6	001.627	MANUTENÇÃO/REFORMA PREDIAL	Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços, sob demanda, de manutenção predial (corretiva e preventiva), com fornecimento de equipamentos, peças, materiais e mão-de-obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil- SINAPI- nas edificações da Base do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Unidade	78	R\$ 1.283,50	R\$ 100.113,00
2	7	001.627	MANUTENÇÃO/REFORMA PREDIAL	Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços, sob demanda, de manutenção predial (corretiva e preventiva), com fornecimento de equipamentos, peças, materiais e mão-de-obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil- SINAPI- nas edificações do Campus do Pantanal - Corumbá da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Unidade	234	R\$ 1.283,50	R\$ 300.339,00

Lote	Item	Código	Descrição	Descrição/Especificação	Unidade	Quantidade	Preço máximo aceitável	Valor total máximo aceitável
3	8	001.627	MANUTENÇÃO/REFORMA PREDIAL	Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços, sob demanda, de manutenção predial (corretiva e preventiva), com fornecimento de equipamentos, peças, materiais e mão-de-obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil- SINAPI- nas edificações do Campus de Naviraí da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Unidade	140	R\$ 1.283,50	R\$ 179.690,00
3	9	001.627	MANUTENÇÃO/REFORMA PREDIAL	Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços, sob demanda, de manutenção predial (corretiva e preventiva), com fornecimento de equipamentos, peças, materiais e mão-de-obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil- SINAPI- nas edificações do Campus de Nova Andradina da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Unidade	140	R\$ 1.283,50	R\$ 179.690,00
3	10	001.627	MANUTENÇÃO/REFORMA PREDIAL	Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços, sob demanda, de manutenção predial (corretiva e preventiva), com fornecimento de equipamentos, peças, materiais e mão-de-obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil- SINAPI- nas edificações do Campus de Ponta Porã da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Unidade	140	R\$ 1.283,50	R\$ 179.690,00
4	11	001.627	MANUTENÇÃO/REFORMA PREDIAL	Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços, sob demanda, de manutenção predial (corretiva e preventiva), com fornecimento de equipamentos, peças, materiais e mão-de-obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil- SINAPI- nas edificações do Campus de Paranaíba da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Unidade	140	R\$ 1.283,50	R\$ 179.690,00
4	12	001.627	MANUTENÇÃO/REFORMA PREDIAL	Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços, sob demanda, de manutenção predial (corretiva e preventiva), com fornecimento de equipamentos, peças, materiais e mão-de-obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil- SINAPI- nas edificações do Campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Unidade	234	R\$ 1.283,50	R\$ 300.339,00

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de *Engenharia*: prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva simultânea das instalações prediais dos Campi da UFMS, assim compreendidas:

- 1.2.1. Manutenção predial preventiva é o conjunto de ações realizadas de forma programada que visam prevenir a ocorrência de problemas futuros e detectar problemas existentes, mas ainda não percebidos, devendo, nesse caso, ser executada imediatamente a manutenção preventiva.
- 1.2.2. Manutenção predial corretiva compreende ações que visam o atendimento das necessidades de reparos identificadas quando da manutenção predial preventiva e/ou formuladas pela UFMS, sendo subdivididas em emergenciais e eletivas.
- a) São eletivos os procedimentos corretivos que possam ter o atendimento efetuado em prazo diferido, não resultando em riscos imediatos/emergenciais;
 - b) São urgentes os procedimentos corretivos que devam ser imediatamente efetuados, sob pena de riscos urgentes/imediatos para pessoas e coisas.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação, por meio do Sistema de Registro de Preços, adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário. Justifica-se a adoção do regime pela possibilidade de pagamentos apenas pelos serviços efetivamente executados, bem como o rigor nas medições de serviços.
- 1.5. O prazo de vigência do contrato, advindos da Ata de Registro de Preços, é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.
- 1.6. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 meses, a contar da data de sua assinatura.
- 1.7. Justifica-se o parcelamento instituído pelo art. 23, § 1º, da Lei n. 8.666/1993, pela percepção da Equipe de Planejamento de que a divisão do objeto em questão é benéfica para a Instituição devido à viabilidade técnica e econômica do parcelamento em itens e lotes, uma vez que a UFMS possui unidades em vários municípios do estado, e a disposição geográfica dos Campi dificulta o atendimento por única empresa dadas as questões logísticas. Entretanto, deve-se considerar que o baixo volume de serviços que alguns Campi demandam pode ocasionar desinteresse por parte de empresas do ramo. Assim, a Equipe de Planejamento sugere que o parcelamento do objeto seja realizado em itens e lotes que contemplem critérios geográficos. Além disso, o parcelamento se justifica na medida em que os serviços serão prestados conforme a necessidade da administração.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados no **Relatório da Equipe de Planejamento** (DOC SEI NR [2857130](#)) e Estudo Preliminar Técnico (DOC SEI NR [2884979](#)), apêndice desse Termo de Referência.
- 2.2. A UFMS possui uma estrutura que comporta na sede em Campo Grande, além das unidades administrativas, 5 institutos, 1 escola superior e 10 faculdades. Conta ainda com dez *Campi* no interior do estado, uma Base de Estudos do Pantanal, uma Fazenda Escola e um Museu de Arqueologia.
- 2.3. Nesse sentido, a contratação de serviços de manutenção predial (corretiva e preventiva) é motivada pela necessidade de prover condições necessárias para que os alunos, professores e técnicos administrativos desempenhem suas funções num ambiente adequado, devidamente estruturado e seguro.
- 2.4. Assim, a necessidade de manutenção das estruturas merece destaque especial principalmente pela diversidade de atividades que uma eventual intervenção apresenta, o que, via de regra, por sua indubitável fungibilidade, pode classificá-lo como serviço comum, como já sumulou o Tribunal de Contas da União (**BRASIL. Poder Legislativo. Tribunal de Contas da União. Súmula 257/2010: "O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na lei nº 10.520/2002". Diário Oficial da União 5.5.2010, Seção 1. p. 93.**) tornando-os licitáveis pela modalidade pregão. Considera-se ainda o constante nos artigos 14º e 16º da IN 05/2017 SEGES e os artigos 1º e 3º do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e Decreto 7983/2013.
- 2.5. Tendo como objetivo possibilitar a manutenção dos diversos sistemas prediais das instalações da CONTRATANTE em suas unidades, garantindo todas as condições de conforto ambiental, qualidade do ar, higiene e segurança para a continuidade das atividades da Instituição, buscando a maior economicidade e o menor impacto ambiental possível.

2.6. A Contratação de Serviços de Manutenção Predial (corretiva e preventiva) pretendida é motivada pela necessidade de prover condições necessárias para que os alunos, professores e técnicos administrativos desempenhem suas funções num ambiente adequado, devidamente estruturado e seguro. Os quantitativos dos itens e lotes foram determinados por meio de relatório técnico (DOC SEI NR [2857130](#)), que, em suma, considera a série histórica dos investimentos pecuniários feitos ao longo dos anos anteriores, complementado, ainda, pelo relatório científico (DOC SEI NR [2887998](#)), e despachos NR SEI [2888018](#) e [2890689](#).

2.7. Uma vez que o quantitativo exato a ser contratado não é conhecido, pela natureza do próprio objeto, planeja-se que os recursos financeiros serão empenhados conforme estimativa de utilização, de maneira parcelada. De acordo com os pressupostos contidos no art. 3º do Decreto nº 7.892/2013, a utilização do SRP deverá ocorrer quando: houver necessidade de contratações frequentes; for mais conveniente a aquisição de bens com entregas parceladas; para atendimento a mais de um órgão; e quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. Assim, nota-se que nenhuma das situações delineadas prevê a celebração contratual no valor total registrado, conforme análise feita no Acórdão nº 3.273 /2010. 2ª Câmara.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de engenharia, especializados na manutenção predial (corretiva e preventiva), bem como realização de serviços eventuais correlatos, nos sistemas integrados as instalações prediais, redes e instalações elétricas, hidrossanitárias, de prevenção e combate a incêndios, de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) e reconstituição das partes civis afetadas, nas instalações prediais da CONTRATANTE em suas unidades;

3.2. A descrição dos equipamentos, instalações e sistemas existentes encontra-se detalhada no Anexo II – Características gerais dos imóveis do presente Termo de Referência.

3.3. A descrição detalhada dos serviços a serem prestados está nos itens 8 e 11.

3.4. A omissão na descrição de quaisquer partes ou equipamentos existentes, ou a substituição/alteração de suas características no decorrer do contrato, não exime a CONTRATADA da prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência com relação às partes omitidas/substituídas/alteradas, desde que estas sejam integrantes dos sistemas mantidos.

3.5. Os serviços objeto deste Termo de Referência estender-se-ão a novas partes e equipamentos que venham a ser instalados nos sistemas mantidos, pela CONTRATADA ou por terceiros sem quaisquer custos adicionais para a CONTRATANTE.

3.6. Benefícios diretos e indiretos pretendidos:

3.6.1. O valor de referência de preços desse objeto constitui-se pela soma dos valores referenciados pela Tabela SINAPI acrescidos do percentual do valor teto do BDI que corresponde a 28,35%, com base no Acórdão n. 2622/2013 - TCU, que orienta a adoção de percentuais referenciais, tendo em vista as peculiaridades da execução dos serviços nas unidades descentralizadas. Diante disso, a adoção da metodologia de maior desconto sobre o valor do item, considerando que o valor do item é composto pelo somatório do BDI com a tabela SINAPI referente ao estado do Mato Grosso do Sul, constitui vantagem econômica pois o percentual de desconto é aplicado simultaneamente sobre SINAPI e sobre o BDI. Assim porque a tabela é considerada a mediana dos preços dos materiais e serviços praticados no mercado da construção civil, e a concorrência entre os participantes da licitação implicará na queda dos preços e consequente benefício econômico à UFMS.

3.6.2. A UFMS possui unidades em vários municípios do estado e a disposição geográfica dos Campus dificulta o atendimento por única empresa por questões logísticas. Entretanto deve-se considerar que o baixo volume de serviços que alguns Campus demandam pode ocasionar desinteresse por parte de empresas do ramo. Assim, com o parcelamento do objeto levando em conta critérios geográficos visa alcançar melhores condições logísticas para as empresas fornecedoras e consequentemente um atendimento mais rápido em com maior qualidade às unidades localizadas na cidade de Campo Grande e do interior do Estado.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002 c/c art.1º e art. 3º do Decreto nº 10.024 e incisos X e XIII do Artigo 2º do Decreto 7983/2019.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:

5.1.1.1. Apresentar atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, que comprovem a aptidão para prestação de serviços de manutenção predial. Para esses comprovantes de capacidade técnica poderão ser aceitas Certidão de Acervo Técnico (CAT) e/ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) compatíveis com o objeto dessa contratação;

5.1.1.2. Apresentar registro ou inscrição da empresa no (CREA ou CAU) em plena validade;

5.1.1.3. Indicar ferramentas, equipamentos e profissionais técnicos disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

5.1.1.4. Comprovar que a empresa possui em seu quadro permanente ao menos um Profissional Responsável Técnico devidamente registrado no CREA e/ou CAU, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço com características semelhantes ao objeto desta contratação, conforme art. 59, da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966;

5.1.1.5. Em se tratando de empresa sediada fora do Estado, deverá manter em Campo Grande, à disposição da UFMS loja própria ou escritório, com todos os meios necessários à prestação dos serviços, **constituída em até 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato**, garantindo o interesse da empresa no mercado local, a permanência e a manutenção da mão de obra local – o que é indispensável para um suporte técnico adequado – bem como, a agilidade na substituição e/ou acréscimo de profissionais nas equipes de atendimento, sendo somente aplicável para os lotes 1 e 2.

5.1.1.6. Possuir qualificação econômico-financeira compatível com os valores estimados doravante, a fim de não ocorrer alegação de incapacidade econômica para execução do contrato.

5.1.2. Os serviços a serem contratados serão realizados por demanda, tendo em vista que nem todas as possibilidades de manutenção podem ser previstas e nem o quantitativo pode ser dado com exatidão. Diante disso o serviço pode ser caracterizado como serviço não continuado, obedecendo também a anualidade orçamentária. Nessa esteira a contratação se dará pelo período de 12 meses e não será necessária a adoção de medidas para transferências de conhecimento, tecnologias ou técnicas empregadas.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR nos itens 12 e 13 respectivamente.

5.4. Considerando que a precificação dos serviços será dada por meio da utilização do Sistema de Pesquisa de Custos e Índices (SINAPI), sistema que é desenvolvido pelo IBGE em parceria com a Caixa Econômica Federal, e tendo em vista que nem todas as possibilidades de manutenção podem ser previstas e nem o quantitativo pode ser dado com exatidão, não será feito levantamento de mercado. Importa lembrar que o SINAPI tem sua precificação desenvolvida por meio da utilização dos preços médios praticados de maneira regionalizada, por meio de pesquisa de preços feitas no mercado.

6. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE.

6.2. Os materiais empregados pela CONTRATADA deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

6.3. A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

6.4. A CONTRATADA deverá instruir os seus empregados quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições.

6.5. A CONTRATADA deverá realizar de o descarte das sobras das manutenções (lâmpadas, vidros, entulhos, outros) de maneira eficiente a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental.

6.6. A CONTRATADA deverá retirar, sob orientação da Fiscalização, todos os materiais e dispositivos substituídos durante a realização de serviços, devendo apresentá-los à fiscalização para avaliação de reaproveitamento, recolhimento a depósito indicado pela CONTRATANTE ou para descarte a ser efetuado pela CONTRATADA.

6.7. Todas as embalagens, restos de materiais e produtos, sobras de obra e entulhos, incluindo lâmpadas queimadas, cabos, restos de óleos e graxas, deverão ser adequadamente separados, para posterior descarte pela CONTRATADA, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes.

6.8. Considerando a natureza do objeto do presente Termo de Referência, de modo que serviços comuns de engenharia não estão relacionados no Anexo III da Lei nº 6.938/1981, não se exige o cadastramento das licitantes no CTF-Ibama, porém serão exigidos, durante a fiscalização dos contratos, ações e critérios para a destinação de resíduos

6.9. Os geradores de resíduos da construção civil devem ter como objetivo prioritário a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

6.10. Os pequenos geradores devem seguir as diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, elaborado pelos municípios e pelo Distrito Federal, em conformidade com os critérios técnicos do sistema de limpeza urbana local.

6.11. Os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

6.11.1. Quando e se for o caso, deverão ser destinados de acordo com os seguintes procedimentos:

6.11.1.1. Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros;

- 6.11.1.2. Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 6.11.1.3. Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 6.11.1.4. Classe D: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 6.12. Por fim, a contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

7. VISTORIA PARA LICITAÇÃO

- 7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria facultativa nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 7 horas às 11 horas ou das 13 horas às 17 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones (67) 3345-7110 ou (67) 3345-7158.
- 7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
 - 7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 7.3. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 7.4. A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constantes dos documentos técnicos que integram o Termo de Referência.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
 - 8.1.1. **Descrição dos Serviços:**
 - 8.1.2. **Manutenção Preventiva** apresentar um cronograma anual de manutenção acordo com o Anexo V – Plano anual de Manutenção Preventiva, em até 30 dias a partir da assinatura do contrato. Não aplicável para o item 1.
 - 8.1.3. **Manutenção Corretiva** serviços a serem realizados sempre que solicitado pelo CONTRATANTE nas instalações hidrossanitárias e pluviais:
 - 8.1.3.1. Corrigir vazamentos e outras anormalidades nos encanamentos da rede de água e esgoto, conexões, registros (internos e externos), torneiras (internas e externas), pias, vasos sanitários, caixas sifonadas, substituindo-os, caso necessário;
 - 8.1.3.2. Corrigir a regulagem de válvulas e caixas de descarga (internas e externas), válvulas, registros, engates, sifões, caixas sifonadas e outros dispositivos, substituindo-os ou reparando-os, quando necessário.
 - 8.1.3.3. Realizar reparações na vedação dos metais, substituindo-as, caso necessário.
 - 8.1.3.4. Reparar metais e louças dos sanitários, corrigindo ou substituindo o que estiver danificado.
 - 8.1.3.5. Reparar caixas de esgoto, caixas de inspeção, drenos, galerias de água pluvial, procedendo à limpeza e eliminando quaisquer irregularidades encontradas.

- 8.1.3.6. Corrigir anormalidades nas redes pluviais e redes de drenagem de sistemas de refrigeração, reparando quaisquer vazamentos encontrados, com ou sem substituição de encanamentos, calhas, bacias, conexões, suportes, etc.
- 8.1.3.7. Corrigir anormalidades nos encanamentos ou conexões de ramal de abastecimento (água, consertando, substituindo registros, válvulas retentoras, torneiras, boias e outros dispositivos hidráulicos danificados.
- 8.1.3.8. Corrigir falhas nos sistemas de distribuição de água, incluindo a manutenção de encanamentos, conexões, registros, flanges, respiros e outros dispositivos hidráulicos, reparando ou substituindo aqueles que estiverem danificados.
- 8.1.3.9. Realizar manutenção nos reservatórios de água potável, corrigindo as irregularidades encontradas.
- 8.1.3.10. Realizar desentupimentos de redes de esgoto prediais, pias, vasos sanitários, caixas sifonadas, ralos e caixas de inspeção, etc.
- 8.1.3.11. Executar todas as demais rotinas de manutenção, de acordo com as especificações técnicas dos equipamentos hidrossanitários e normas vigentes.

8.1.4. Serviços a serem prestados nas instalações elétricas prediais:

- 8.1.4.1. Corrigir falhas nos quadros de distribuição, incluindo a distribuição de disjuntores, balanceamento de fases, substituição de dispositivos elétricos, reaperto de conectores, medição de correntes, tensão, etc.
- 8.1.4.2. Corrigir falhas no sistema de iluminação e das tomadas em geral, tanto nas instalações internas quanto externas, incluindo o conserto ou a substituição condutores, interruptores, lâmpadas, reatores, starts e tomadas, sejam externas ou internas, de embutir ou sobrepor, monopolar, bipolar ou tripolar, com ou sem aterramento.
- 8.1.4.3. Corrigir falhas na rede embutida ou aparente, de baixa tensão, incluindo quadros de distribuição, disjuntores, condutores, canaletas, calhas, receptáculos, interruptores, equipamentos, instalações, etc., substituindo os itens necessários.
- 8.1.4.4. Corrigir falhas em tomadas especiais destinadas ao uso de equipamentos diversos, como microcomputadores, máquinas reprográficas, etc., substituindo os itens necessários.
- 8.1.4.5. Corrigir falhas nos sistemas de iluminação de emergência, substituindo os itens necessários.
- 8.1.4.6. Reparar ou substituir dispositivos elétricos e eletrônicos, tais como: reatores, fotocélula, contadores, relês, minuterias, chaves de baixa tensão, fusíveis, cigarras, etc.
- 8.1.4.7. Realizar a manutenção ou substituição de luminárias, quando a sua operação for insuficiente ou provocar frequentes queimas de lâmpadas.
- 8.1.4.8. Realizar reaperto dos parafusos de sustentação das luminárias, lâmpadas, contatos dos reatores, base dos soquetes, disjuntores, etc.
- 8.1.4.9. Realizar a medição dos circuitos para verificar o estado da fiação, corrigindo ou substituindo aqueles que apresentarem descontinuidade, rupturas ou defeitos que afetem o nível de tensão de tomadas, lâmpadas, equipamentos, etc.
- 8.1.4.10. Ativar e mudar pontos elétricos.

8.1.5. Manutenção Corretiva Média Tensão:

- 8.1.5.1. Manutenção de transformadores, troca de óleo isolante e de isoladores, troca da sílica gel, troca de reles de gás, temperatura, indicadores de nível de óleo;
- 8.1.5.2. Lixar, desgordurar e retocar com primer e tinta indicada pelo fabricante os pontos de ferrugem na carcaça;

- 8.1.5.3. Manutenção em disjuntor modelo PVO com marcas diversificadas;
- 8.1.5.4. Substituição do óleo isolante dos pólos dos disjuntores;
- 8.1.5.5. Troca de isoladores e contatos terminais;
- 8.1.5.6. Regulagem e aperto dos terminais dos relês de proteção;
- 8.1.5.7. Manutenção em disjuntores a Seco;
- 8.1.5.8. Regulagem dos relês de sobrecorrente (M.T.);
- 8.1.5.9. Verificação do alinhamento dos contatos.

8.1.6. Cabines:

- 8.1.6.1. Manutenção Alvenaria e iluminação;
- 8.1.6.2. Troca de chaves seccionadoras, cabos de média tensão, barramentos, conexões terminais, isoladores e muflas;
- 8.1.6.3. Manutenção em posto de transformação e medições;
- 8.1.6.4. Troca de pára-raios, cruzetas, isoladores, conexões, disjuntores e cabos;
- 8.1.6.5. Troca e manobra de chaves XS classe 15 kV e Elos-Fusíveis;
- 8.1.6.6. Troca de Transformadores de Potência.

8.1.7. Redes de Distribuição:

- 8.1.7.1. Manutenção em redes compactas protegidas 13.8 kV;
- 8.1.7.2. Manutenção em redes subterrâneas 13.8 kV;
- 8.1.7.3. Manutenção ou substituição de postes concreto.

8.1.8. Serviços a serem realizados sempre que solicitado pelo CONTRATANTE nas instalações civis:

- 8.1.8.1. Corrigir falhas em telhados e suas estruturas, checando a proteção dos rufos, capacidade de escoamento e pontos de interferência, de forma a identificar anomalias.
- 8.1.8.2. Realizar eventuais correções em revestimentos de paredes, tetos e pisos (pintura, azulejos, cerâmicas, granitina, granito, rejuntamentos, rodapés, fixações, proteções e calafetação de juntas).
- 8.1.8.3. Realizar eventuais correções nos revestimentos internos e externos, eliminando a existência de trincas, descolamentos, manchas e infiltrações.
- 8.1.8.4. Corrigir falhas em forros internos e recuperar os pontos defeituosos, utilizando os mesmos materiais anteriormente empregados, de forma a manter o nivelamento e a pintura na mesma cor já existente.
- 8.1.8.5. Realizar regulagem, alinhamento, ajustes de pressão, lubrificações de portas e janelas, consertos ou, se necessário, substituição de fechaduras, travas, dobradiças, molas hidráulicas, cordoalhas, prendedores, puxadores, trincos, incluindo serviços de plaina.

- 8.1.8.6. Realizar pintura de caixas de incêndio, quadros de distribuição elétricos, quadros telefônicos e molduras de equipamentos de ar-condicionado, corrigindo o que for necessário;
- 8.1.8.7. Corrigir falhas em calçadas, pátios, revestimentos de pisos, acessos, cercas, gradis, corrimãos, alambrados, muros e portões.
- 8.1.8.8. Corrigir falhas na estabilidade dos muros e fixação dos gradis, regularizando os pontos instáveis.
- 8.1.8.9. Realizar correções na estrutura do concreto armado e de madeira, se existirem dilatações, quebras, trincas, recalques, etc.
- 8.1.8.10. Realizar correções em paredes, eliminando quebras, trincas, fissuras, desgastes, além de pinturas.
- 8.1.8.11. Realizar correções, eliminando infiltrações ou vazamentos em lajes impermeabilizadas e marquises e, se necessário, proceder à remoção da vedação existente e realizar nova impermeabilização e proteção mecânica.
- 8.1.8.12. Executar revisão geral de janelas, portas, portões, suportes de ar-condicionado de janela, corrigindo as falhas encontradas e/ou substituindo partes, quando necessário.
- 8.1.8.13. Executar a inspeção geral nas esquadrias, realizando lixamentos, soldas, pinturas, vedações, regulagens nas fixações e remoção de partes enferrujadas, se necessário.
- 8.1.8.14. Realizar a limpeza das calhas pluviais, substituição de telhas, chapins, rufos.
- 8.1.8.15. Efetuar a limpeza geral de telhados, marquises, lajes, sistemas de condução e escoamento de águas pluviais.
- 8.1.8.16. Executar serviços de carpintaria, incluindo lixamento, impermeabilização, pintura, reaperto de parafusos, instalação e/ou substituição de peças como puxadores e fechaduras, com vistas a corrigir/reparar portas, janelas e montagens de móveis em geral.
- 8.1.8.17. Realizar reparos, montagem e desmontagem de divisórias (com ou sem Vidro).
- 8.1.8.18. Realizar instalação de extintores de incêndio, telas de proteção, quadros, murais, acessórios de banheiro e copa, suportes, etc.
- 8.1.8.19. Poderá ocorrer acréscimo dos locais de prestação de serviço, devido ao redimensionamento da estrutura organizacional da UFMS.

8.2. Na realização dos serviços de manutenção corretiva todos os insumos deverão ser fornecida pela contratada. **Os insumos utilizados pela contratada na execução dos serviços deverão ser de primeira linha e manter o padrão existente nas edificações, devendo as amostras serem submetidas à aprovação da fiscalização antes de seu emprego.**

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Os materiais a serem disponibilizados estão descritos conforme Anexo IV deste Termo de Referência.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. *A demanda do órgão tem como base, de maneira geral, a série histórica observada nas contratações dos anos anteriores. Os detalhamentos do levantamento de demanda são pormenorizados no Relatório de Demandas (Doc. SEI NR [2857130](#)).*

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

11.1. Os atores da gestão e fiscalização do contrato exercerão suas funções nos termos do item 5 da *Resolução N° 193, de 27 de setembro de 2019*.

11.2. Os representantes da UFMS estabelecerão contato com a CONTRATADA por meio de telefone celular, fixo ou outros meios eletrônicos de comunicação, inclusive correio eletrônico (e-mail), contatos estes que deverão ser fornecidos quando da assinatura do contrato.

- 11.3. Os serviços de manutenção serão realizados em conformidade com o Anexo III – Procedimentos para execução dos serviços.
- 11.4. Os materiais, equipamentos, aparelhos e ferramental constantes da **relação exemplificativa** inserta no **ANEXO IV** – Materiais, equipamentos, aparelhos e ferramental básicos **serão disponibilizados pela CONTRATADA**.
- 11.5. A lista constante no **ANEXO IV não é exaustiva**. A CONTRATADA estará obrigada a disponibilizar quaisquer outros materiais, equipamentos, aparelhos e ferramental básicos que se fizerem necessários à perfeita execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.
- 11.6. A utilização de **materiais, equipamentos, aparelhos e ferramental básicos**, previstos no **ANEXO VI**, **não acarretarão qualquer ônus adicional** para a CONTRATANTE.
- 11.7. Os **serviços de manutenção somente serão realizados mediante a emissão de Ordem de Serviço (OS) pela Fiscalização**, na qual constará, entre outras informações, a descrição do serviço a ser executado, acompanhado de informações adicionais eventualmente necessárias (quantidades, layouts, especificações).
- 11.8. Para **aprovação da Ordem de Serviço** pela Fiscalização e/ou pelo Autorizador de Despesas, a **CONTRATADA fornecerá, previamente, orçamento detalhado**, com o código, descrição, quantidades e valores unitários e totais de peças, materiais e da mão-de-obra a serem utilizados, em conformidade com a proposta de preços **sem custos adicionais para a contratante**. O prazo para apresentação do orçamento detalhado é de 10 dias corridos a partir da data de solicitação da Coordenadoria de Manutenção. A solicitação será feita por meios oficiais inclusive eletrônicos.
- 11.9. A Ordem de Serviço poderá ser encaminhada por meio eletrônico, e nesse caso o início da contagem do prazo para conclusão da Ordem de Serviço será a data de envio do documento eletrônico.
- 11.10. A execução dos serviços relativos a cada OS poderá ser acompanhada por funcionário designado pela Fiscalização.
- 11.11. A descrição dos itens e o levantamento dos preços deverão ser de acordo com as especificações e valores atuais de mercado, considerando, prioritariamente, a base do Sistema de preços e custos da construção civil da Caixa Econômica Federal – SINAPI local Mato Grosso do Sul.
- 11.12. A tabela do SINAPI adotada será a DESONERADA, referente ao estado de Mato Grosso do Sul do mês de assinatura do contrato. É vedada a atualização de valores em razão de alterações de preço da tabela SINAPI.
- 11.13. Nos casos em que a Tabela do SINAPI não oferecer custos unitários de insumos ou serviços, deverá ser utilizada outra fonte de informação, nesta ordem de prioridade:
- 11.14. Tabela de preços do SINDUSCON-MS (Sindicato Intermunicipal da Indústria da Construção do Estado de Mato Grosso do Sul).
- 11.15. Outra tabela referencial amplamente reconhecida no mercado preferencialmente de regiões próximas à localidade de execução dos serviços
- 11.16. Pesquisa de mercado do local da prestação do serviço (com registro dos estabelecimentos e as cotações), devendo ser apurada a mediana entre três cotações e sobre ela aplicar o mesmo desconto ofertado na licitação.
- 11.17. Os serviços realizados que impliquem em ônus extra para a CONTRATANTE, e que **não tenham sido autorizados por meio de OS, serão desconsiderados para fins de pagamento**.
- 11.18. Os serviços somente serão considerados executados mediante a aprovação, pela Fiscalização, de todas as etapas, incluídas a retirada dos entulhos, a reconstituição das partes danificadas, se for este o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas.
12. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- 12.1. Disponibilizar o local e os meios para a execução dos serviços.

- 12.2. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.
- 12.3. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de representantes especialmente designados pelo Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/1993.
- 12.5. Programar, periodicamente, os serviços que deverão ser cumpridos pela CONTRATADA, de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos funcionários e das pessoas.
- 12.6. Notificar, **por escrito**, à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- 12.7. Colocar à disposição da CONTRATADA local para guarda dos materiais e equipamentos, bem como guarda dos uniformes e outros pertences dos empregados.
- 12.8. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas estabelecidas.
- 12.9. Não permitir execução de tarefas em desacordo com as normas preestabelecidas.
- 12.10. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 12.11. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 12.12. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 - 12.12.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;
 - 12.12.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 12.12.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 12.12.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 12.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 12.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 12.15. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 12.16. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 12.17. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

13.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.3. Empregar, na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado.

13.4. Alocar os quantitativos necessários para a execução dos serviços.

13.5. **Apresentar sempre que for solicitado certificado dos treinamentos conforme as Normas Técnicas.**

13.6. **Designar Preposto, por meio de Carta de Preposição, com amplos poderes para representa-la formalmente durante a prestação dos serviços, em todos os assuntos operacionais e administrativos relativos ao objeto do contrato.**

13.7. Submeter à CONTRATANTE, por meios oficiais, solicitação de retirada de quaisquer equipamentos de suas dependências, bem como proceder a sua devolução, no prazo fixado pela CONTRATANTE.

13.8. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, disponibilizando todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários.

13.9. Manter Encarregado-Geral no local onde será executado o serviço, para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens ao contingente alocado e resolver quaisquer questões pertinentes à execução do serviço, para correção de situações adversas e para o atendimento das reclamações e solicitações da Fiscalização, sem custo adicional para a CONTRATANTE.

13.10. Reconstituir todas as partes danificadas em virtude da execução dos serviços, incluindo lajes, paredes de gesso e alvenaria, forros de gesso e madeira, esquadrias, divisórias, pisos e revestimentos, de forma a restaurar a condição anterior à intervenção da CONTRATADA.

13.10.1. Caberá à CONTRATANTE, de acordo com as planilhas anexas ao Contrato, o pagamento da reconstituição das partes afetadas devido a intervenções estritamente necessárias à execução dos serviços – assim entendido e atestado pela Fiscalização.

13.10.2. Caberá a CONTRATADA o ônus da reconstituição das partes desnecessariamente danificadas, caracterizando má execução dos serviços.

13.11. **Substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios, salvo nas hipóteses em que houver manifestação da UFMS concedendo prazo superior.**

13.12. **Manter os seus empregados, quando em serviço nas dependências da CONTRATANTE, usando uniforme de identificação.**

13.13. Responder por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais, causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por seus prepostos ou empregados, em atividade nas dependências da CONTRATANTE, desde que fique comprovada a responsabilidade, nos termos do Artigo 70, da Lei nº 8.666/93.

13.14. Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtorno para a CONTRATANTE, devendo, para tanto programar a sua execução em conjunto com a Fiscalização.

13.15. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança e prevenção de acidentes no desempenho de cada etapa dos serviços.

13.16. Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes. A inadimplência da CONTRATADA para

com estes encargos não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

13.17. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE.

13.18. **Proceder à limpeza e retirada de entulhos dos locais de trabalho, após a execução de serviços.**

13.19. Dar ciência à Fiscalização, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do serviço.

13.20. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos que forem por ela solicitados, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente.

13.21. Diligenciar para que seus empregados tratem com urbanidade o pessoal da CONTRATANTE, clientes, visitantes e demais contratados, podendo a Administração exigir a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente.

13.22. Assumir total responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive as decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, pagamentos a fornecedores diretos, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho (NRs), assim como pelo cumprimento de todas as demais obrigações atinentes ao contrato.

13.23. Assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal, os adicionais previstos em Lei, convenção coletiva ou dissídios coletivos da categoria profissional, bem como quaisquer outros oriundos, derivados ou conexos com este contrato, ficando ainda, para todos os efeitos legais, declarado pela CONTRATADA, a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e a CONTRATANTE.

13.24. Agir com total diligência em eventuais reclamações trabalhistas promovidas por empregados seus que estejam ou, em algum momento, estiveram envolvidos na prestação de serviço aqui contratado, comparecendo em todas as audiências designadas, apresentando as necessárias contestações e recursos cabíveis, ainda que extinta a relação contratual com a CONTRATANTE.

13.25. Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço ou em conexão com eles, que tenha relacionamento ao contrato com a CONTRATANTE.

13.26. Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do art. 55, inc. XIII, da Lei nº 8.666/1993, inclusive as condições de cadastramento no SICAF, o qual será observado mensalmente, quando dos pagamentos à CONTRATADA.

13.27. **Fornecer uniformes, equipamentos de proteção individual – EPI e equipamentos de proteção coletiva - EPC a todos os empregados cujas atividades os exijam por normas de segurança em vigor.**

13.28. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga prontamente a atender.

13.29. Cumprir, além das normas de segurança constantes destas especificações, todas as outras disposições legais, federais e distritais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços.

13.30. Cuidar para que os serviços a serem executados acarretem a menor perturbação possível aos serviços públicos, às vias de acesso e a todo e qualquer bem, público ou privado, adjacente às instalações da CONTRATANTE, providenciando sinalização e/ou isolamento das áreas de serviço.

13.31. Arcar com o transporte, deslocamento e hospedagem de todo o pessoal e de todo o material necessário à execução dos serviços em todas as unidades da UFMS.

- 13.32. **Não vincular sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento das faturas mensais efetuado pela CONTRATANTE.**
- 13.33. **Manter sistema de pronto atendimento de Emergência 24 horas, incluindo finais de semana e feriados**, acessível por meio de telefone celular, fixo, ou outros meios eletrônicos de comunicação, disponibilizando equipe técnica especializada e operacional, a fim de sanar urgências da Manutenção Predial civil e elétrica e que ponham em risco a integridade dos ocupantes e/ou das instalações físicas da CONTRATADA ou qualquer de seus equipamentos e instalações.
- 13.34. Fornecer em até dez dias corridos a partir da assinatura do contrato, o número telefônico e o endereço de *e-mail* que serão utilizados no pronto atendimento de Emergência 24 horas tratado no item 11.33.
- 13.35. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização da CONTRATANTE.
- 13.36. Manter arquivo com toda a documentação relativa à execução dos serviços contratados, inclusive ao cumprimento de suas obrigações salariais, as Carteiras de Trabalho e Previdência Social, quando solicitadas, deverão ser encaminhadas à CONTRATANTE.
- 13.37. Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/1988.
- 13.38. Assegurar que os materiais empregados e os serviços executados deverão obedecer a todas as normas atinentes ao objeto do contrato, existentes ou que venham a ser editadas, mais especificamente às seguintes normas:
- 13.38.1. À IN N. 01/ SLTI, de 19 de janeiro de 2010 – que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.
 - 13.38.2. À Lei N. 12.187, de 29 de dezembro de 2009 – que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC.
 - 13.38.3. À Lei N. 10.295, de 17 de outubro de 2001 – que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia.
 - 13.38.4. Ao Decreto N. 4.131, de 14 de fevereiro de 2002 – que dispõe sobre medidas emergenciais de redução do consumo de energia elétrica no âmbito da Administração Pública Federal.
 - 13.38.5. Às normas e especificações constantes deste Termo de Referência.
 - 13.38.6. Às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.
 - 13.38.7. Às normas do Instituto Nacional de Metrologia – INMETRO e suas regulamentações.
 - 13.38.8. Aos regulamentos das empresas concessionárias.
 - 13.38.9. Às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem dos produtos.
 - 13.38.10. Às normas internacionais consagradas, na falta das normas ABNT ou para melhor complementar os temas previstos pelas já citadas.
 - 13.38.11. À Portaria 2.296, de 23 de julho de 1997 e atualizações – Estabelece as Práticas de Projetos e Construção e Manutenção de edifícios Públicos Federais, a cargo dos órgãos e entidades integrantes de SISG.
 - 13.38.12. Às Leis e Resoluções relativas ao Meio Ambiente:
 - 13.38.13. Resolução CONAMA nº 307, de 5 de Julho de 2002 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. Regulamentações.
 - 13.38.14. **Aos seguintes normativos técnicos específicos e suas atualizações:**

- 13.38.14.1. Norma EIA/TIA/ANSI 569-A - Infraestrutura, encaminhamento para Telecomunicações e Espaços.
- 13.38.14.2. Norma EIA/TIA/ANSI 568-B.1 - Cabeamento de Prédios Comerciais.
- 13.38.14.3. Norma EIA/TIA/ANSI 568-B.2 - Padrões mínimos de performance dos componentes de cabeamento.
- 13.38.14.4. Norma EIA/TIA/ANSI 606 – Identificação e Administração do Cabeamento e da Instalação.
- 13.38.14.5. Normas de Elaboração de Projetos de Cabeamento de Telecomunicações para Rede Interna Estruturada.
- 13.38.14.6. NBR 13.726 - Redes telefônicas internas em prédios - Tubulação de entrada telefônica – Projeto.
- 13.38.14.7. NBR 13.300, 13.301 - Redes telefônicas internas em prédios (Terminologia; Simbologia).
- 13.38.14.8. NBR 14039 – Instalações elétricas de média tensão de 1,0 kV a 36,2 kV
- 13.38.14.9. NBR 14.306 - Proteção elétrica e compatibilidade eletromagnética em redes internas de telecomunicações em edificações – Projeto.
- 13.38.14.10. NBR 10.842 - Equipamentos para Tecnologia da Informação - Requisitos de segurança.
- 13.38.14.11. NBR 5.410 - Instalações elétricas de baixa tensão.
- 13.38.14.12. NBR 5.419 - Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas.
- 13.38.14.13. NBR 5.462 - Confiabilidade e manutenibilidade.
- 13.38.14.14. NR 6 - Equipamento de Proteção Individual.
- 13.38.14.15. NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.
- 13.38.14.16. NR 17 - Ergonomia.
- 13.38.14.17. NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.
- 13.38.14.18. NR 35 - Trabalho em Altura.

13.39. Informar no prazo de dez dias corridos a partir da assinatura do contrato os profissionais habilitados nos termos das normativas NR10 e NR35, apresentando documento de identidade, comprovante de vínculo empregatício com a contratada e certificados das respectivas habilitações técnicas. Esse item é válido apenas para os lotes 2, 3, 4, 5, 6 e 7.

13.40. Disponibilizar equipes de trabalho em número adequado para atuação em Ordens de Serviços simultâneas no interesse da Administração, não podendo alegar excesso de demanda como justificada para fortuitos atrasos.

14. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. **CONTROLE DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

- 16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o *Instrumento de Medição de Resultado (IMR)*, conforme modelo previsto no Anexo VI, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- 16.1.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 16.1.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 16.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 16.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, designados na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
- 16.4. O representante da CONTRATADA deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 16.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 16.5.1. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 16.6. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.8. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.9. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 16.10. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 16.11. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 16.12. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.13. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.14. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.15. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

16.16. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.17. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.18. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

16.18.1. O fiscal técnico deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.18.2. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.18.3. A fiscalização da prestação dos serviços será exercida por um representante da CONTRATANTE, devidamente nomeado pelo Pró-reitor de Administração e Infraestrutura, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, de tudo dando ciência à CONTRATADA, como também sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer quaisquer serviços, com ou sem o fornecimento de materiais ou peças, que não estejam de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais.

16.18.4. Quaisquer exigências da fiscalização deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA.

16.18.5. A fiscalização técnica da execução dos serviços observará, no que couber, o Anexo VIII-A, IN SEGES/MP nº 05/2017 e também o cronograma constante na Ordem de Serviço de cada demanda.

16.18.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura em relação a cada etapa de execução prevista no cronograma físico-financeiro deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo da respectiva etapa, nos termos abaixo:

17.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

17.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

17.1.3. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

- 17.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 17.2.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 17.2.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 17.2.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 17.2.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 17.2.1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados
- 17.2.2. No prazo de até *15 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 17.2.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 17.2.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 17.2.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 17.3. No prazo de até *10 (dez) dias corridos* a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 17.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 17.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 17.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
- 17.4. Nos contratos de escopo, o recebimento da última etapa de execução equivale ao recebimento do objeto como um todo, e será realizado da seguinte forma:

- 17.4.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- 17.4.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;
- 17.4.3. O prazo para recebimento definitivo será em até 90 dias após a finalização do contrato.
- 17.4.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento.
- 17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

- 18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência
- 18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (TRINTA) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura,
- 18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 18.5.1. o prazo de validade;
- 18.5.2. a data da emissão;
- 18.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 18.5.4. o período de prestação dos serviços;
- 18.5.5. o valor a pagar; e
- 18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I=(TX)	I=(6/100)/365	I = 0,00016438 TX = Percentual de taxa anual = 6%
---------------	----------------------	--

19. REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se na série histórica das contratações de serviços de manutenção predial realizadas pela UFMS nos anos anteriores.

19.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e a partir do pedido da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano da referência acima mencionada, aplicando-se o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, em que:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DE EXECUÇÃO

20.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

- 20.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 20.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 20.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 20.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 20.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 20.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 20.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 20.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 20.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 20.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 20.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 20.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 20.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 20.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 20.10. Será considerada extinta a garantia:
- 20.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 20.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 20.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 20.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.
- 21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e da Resolução 143 CD, de 28 de agosto de 2019 da UFMS a Contratada que, na fase de execução contratual:

21.2. Não celebrar o contrato:

- 21.2.1. recusar ou deixar de enviar documento necessário para comprovar a capacidade de assinatura do contrato/ata de registro de preços;
- 21.2.2. recusar ou deixar de assinar contrato/ata de registro de preços dentro do prazo de convocação;
- 21.2.3. recusar ou deixar de confirmar o recebimento da Nota de Empenho referente ao contrato/ata de registro de preços

21.3. Sanções aplicáveis para as condutas 21.2.1, 21.2.2, 21.2.3:

- 21.3.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 04 meses;
- 21.3.2. Descredenciamento do Sicaf pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- 21.3.3. Multa de 1% do valor total do contrato/ata de registro de preços, por dia de descumprimento, no limite máximo de 15%

21.4. Apresentar documentação falsa:

- 21.4.1. omitir informações em documentos exigidos no certame;
- 21.4.2. adulterar documento, público ou particular;
- 21.4.3. encaminhar contrato/ata de registro de preços adulterada

21.5. Sanções aplicáveis para as condutas 21.4.1, 21.4.2, 21.4.3:

- 21.5.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 3 (três) anos;
- 21.5.2. Descredenciamento do Sicaf pelo prazo de até 3 (três) anos;
- 21.5.3. Multa de 20% do valor total do contrato/ata de registro de preços;

21.6. Ensejar o retardamento da execução do objeto contratual:

- 21.6.1. praticar qualquer ação ou omissão que prejudique o bom andamento da execução do contrato.
- 21.6.2. deixar de prestar garantia quando exigido.

21.7. Sanções aplicáveis para a conduta 21.6.1:

- 21.7.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 1 (um) ano.
- 21.7.2. Multa de 15% do valor total do contrato/ata de registro de preços

21.8. Sanções aplicáveis para a conduta 21.6.2:

- 21.8.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 01 ano;
- 21.8.2. Descredenciamento do Sicaf pelo prazo de até 01 (ano) ano;
- 21.8.3. Multa de 1% do valor total do contrato/ata de registro de preços, por dia de descumprimento, no limite máximo de 15%

21.9. Falhar na execução do contrato

- 21.9.1. entregar materiais com características diversas daquelas constantes na proposta, no contrato ou na ata de registro de preços;

- 21.9.2. deixar de substituir materiais com características diversas daquelas constantes na proposta, no contrato ou na Ata de Registro de Preços, no prazo estipulado pela Administração;
- 21.9.3. atrasar a entrega de quaisquer dos itens solicitados por prazo superior a 30 (trinta) dias;
- 21.9.4. recusar-se ou deixar de fornecer quaisquer dos itens contratados/registrados;
- 21.9.5. deixar de entregar documentação fundamental para execução contratual.

21.10. Sanções aplicáveis para as condutas 21.9.1, 21.9.2, 21.9.3, 21.9.4, 21.9.5:

- 21.10.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 06 meses;
- 21.10.2. Multa de 1% do valor total do material, por dia de descumprimento, no limite máximo de 10%; e/ou Multa de 10% do valor total do material contratado;
- 21.10.3. Descredenciamento do SICAF pelo prazo de até 05 anos;

21.11. Fraudar na execução do contrato

- 21.11.1. elevar arbitrariamente os preços;
- 21.11.2. fornecer, como verdadeiro ou perfeito, material falsificado ou deteriorado;
- 21.11.3. entregar um material por outro;
- 21.11.4. alterar substância, qualidade ou quantidade do material fornecido;
- 21.11.5. tornar, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato;

21.12. Sanções aplicáveis para as condutas 21.11.1, 21.11.2, 21.11.3, 21.11.4, 21.11.5:

- 21.12.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- 21.12.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido

21.13. Comportar-se de modo inidôneo

- 21.13.1. realizar atos comprovadamente de má- fé ou com dolo;
- 21.13.2. participar de empresa constituída com a finalidade de burlar penalidade aplicada anteriormente;
- 21.13.3. não realizar o recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias;
- 21.13.4. não realizar o pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação;

21.14. Sanções aplicáveis para as condutas 21.13.1, 21.13.2, 21.13.3, 21.13.4:

- 21.14.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 3 anos;
- 21.14.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido; e/ou Multa de 1% do valor total da obrigação, por dia de descumprimento, no limite máximo de 20%

21.15. Cometer fraude fiscal

- 21.15.1. fazer declaração falsa sobre seu enquadramento fiscal;

- 21.15.2. omitir informações em suas notas fiscais;
- 21.15.3. falsificar ou alterar notas fiscais
- 21.16. **Sanções aplicáveis para as condutas 21.15.1, 21.15.2, 21.15.3:**
- 21.16.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 5 anos;
- 21.16.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido.
- 21.16.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 21.17. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 10520/2002, subsidiariamente a Lei 8.666, de 1993, e Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.18. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 21.19. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 21.20. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.21. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.22. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 21.23. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.24. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.25. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 21.26. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% AO DIA SOBRE O VALOR MENSAL DO CONTRATO
2	0,4% AO DIA SOBRE O VALOR MENSAL DO CONTRATO
3	0,8% AO DIA SOBRE O VALOR MENSAL DO CONTRATO
4	1,6% AO DIA SOBRE O VALOR MENSAL DO CONTRATO
5	3,2% AO DIA SOBRE O VALOR MENSAL DO CONTRATO

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	PERMITIR SITUAÇÃO QUE CRIE A POSSIBILIDADE DE CAUSAR DANO FÍSICO, LESÃO CORPORAL OU CONSEQUÊNCIAS LETAIS, POR OCORRÊNCIA;	05
2	SUSPENDER OU INTERROMPER, SALVO MOTIVO DE FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO, OS SERVIÇOS CONTRATUAIS POR DIA E POR UNIDADE DE ATENDIMENTO;	04
3	MANTER FUNCIONÁRIO SEM QUALIFICAÇÃO PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS CONTRATADOS, POR EMPREGADO E POR DIA;	03
4	RECUSAR-SE A EXECUTAR SERVIÇO DETERMINADO PELA FISCALIZAÇÃO, POR SERVIÇO E POR DIA;	02
5	RETIRAR FUNCIONÁRIOS OU ENCARGADOS DO SERVIÇO DURANTE O EXPEDIENTE, SEM A ANUÊNCIA PRÉVIA DO CONTRATANTE, POR EMPREGADO E POR DIA;	03
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:		
6	REGISTRAR E CONTROLAR, DIARIAMENTE, A ASSIDUIDADE E A PONTUALIDADE DE SEU PESSOAL, POR FUNCIONÁRIO E POR DIA;	01

INFRAÇÃO		
7	CUMPRIR DETERMINAÇÃO FORMAL OU INSTRUÇÃO COMPLEMENTAR DO ÓRGÃO FISCALIZADOR, POR OCORRÊNCIA;	02
8	SUBSTITUIR EMPREGADO QUE SE CONDUZA DE MODO INCONVENIENTE OU NÃO ATENDA ÀS NECESSIDADES DO SERVIÇO, POR FUNCIONÁRIO E POR DIA;	01
9	CUMPRIR QUAISQUER DOS ITENS DO EDITAL E SEUS ANEXOS NÃO PREVISTOS NESTA TABELA DE MULTAS, APÓS REINCIDÊNCIA FORMALMENTE NOTIFICADA PELO ÓRGÃO FISCALIZADOR, POR ITEM E POR OCORRÊNCIA;	03
10	INDICAR E MANTER DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO OS PREPOSTOS PREVISTOS NO EDITAL/CONTRATO;	01
11	PROVIDENCIAR TREINAMENTO PARA SEUS FUNCIONÁRIOS CONFORME PREVISTO NA RELAÇÃO DE OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	01

21.27. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 21.27.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 21.27.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 21.27.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.28. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.29. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.29.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.30. Caso o valor da multa não seja o suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.31. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.32. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade

da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.33. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.34. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.35. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2. O critério de julgamento da licitação deverá ser pelo MAIOR DESCONTO sobre o Valor do Item, considerando o desconto possível sobre o somatório dos Benefícios e Despesas Indiretas - BDI com a tabela do SINAPI DESONERADO, referente à unidade da federação Mato Grosso do Sul SINAPI de agosto de 2020.

22.3. A composição do BDI será adequada com base no **Acórdão n. 2622/2013 - TCU**, que orienta a adoção de percentuais referenciais, tendo em vista as peculiaridades da execução dos serviços nas unidades descentralizadas.

22.3.1. Cálculo do BDI:

$$PV = CD(1 + BDI)$$

Em que:

PV = Preço de Venda;

CD = Custo Direto;

BDI = Benefício e Despesas Indiretas (lucro e despesas indiretas); e

$$BDI = \frac{(1 + (AC + S + R + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Onde:

AC = taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central;

S = taxa representativa de Seguros;

R = taxa representativa de Riscos;

G = taxa representativa de Garantias;

DF = taxa representativa das Despesas Financeiras;

L = taxa representativa do Lucro;

I = taxa representativa da incidência de Impostos.

Nota:

A taxa representativa da incidência de impostos constante do denominador da fração da fórmula de cálculo do BDI é aplicada sobre o preço de venda da prestação do serviço, enquanto que as demais taxas que figuram no numerador são aplicadas sobre o custo. Para composição do BDI a empresa deve considerar o valor do ISS compatível com a localidade, que podem variar de 2% à 5%. E como se refere a tabela desonerada deve-se atentar também inserir na composição BDI o imposto CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta).

22.3.2. As empresas poderão optar pela não desoneração desde que o valor final não ultrapasse o valor total do orçamento desonerado.

22.3.3. O BDI referência foi calculado levando em consideração os valores médios do acordo ACÓRDÃO Nº 2622/2013 – TCU – Plenário:

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%
SEGURO + GARANTIA	0,80%
RISCO	1,27%
DESPESA FINANCEIRA	1,23%
LUCRO	7,40%
ISS	2,00%
COFINS	3,00%
PIS	0,65%
CPRB	4,50%
BDI referencial	28,35%

22.4. O orçamento da proposta para o serviço de manutenção predial será confeccionado com base na Tabela SINAPI Desonerada para o Estado de Mato Grosso do Sul do mês de agosto de 2020, sendo ao final acrescido o valor de BDI. Por exemplo:

Orçamento total de R\$ 10.000,00 acrescido de BDI (28,35%) => R\$ 10.000,00 + 28,35% = R\$ 12.835,00 => valor base a ser aplicado do desconto.

22.5. Para efeito de cálculo do orçamento da proposta não desonerado, isto quer dizer sem o imposto CPRB de 4,5%, será de (22,23%).

22.6. A proposta de preço vencedora será a que apresentar o Maior desconto no item.

22.7. O valor unitário do item é composto do seu custo unitário de referência (Valor base sem BDI), estimado em R\$ 1.000,00, acrescido do percentual de BDI referencial (28,35%) em um total de **R\$ 1.283,50** (hum mil duzentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos).

22.8. **O desconto será calculado com base na soma do BDI ofertado pela licitante com o custo unitário de referência, conforme tabela abaixo.**
Exemplo:

Simulação de lances	Custo unitário de referência + BDI	% Desconto	Somatório (Custo unitário de referência + BDI) com desconto	Valor Unitário ofertado por item
Lance 1	R\$ 1.283,50	0%	R\$ (1000,00+283,50)	R\$ 1.283,50
Lance 2	R\$ 1.283,50	5%	R\$ (950,00+269,33)	R\$ 1.219,33
Lance 3	R\$ 1.283,50	7%	R\$ (930,00+263,66)	R\$ 1.193,66
*Conforme exemplificado na tabela, o lance vencedor seria o lance 3 que ofertou R\$ 1.193,66 e o desconto que será utilizado na ordem de serviço será de 7%.				

Obs: os índices de desconto utilizados do exemplo não são padrão foram usados somente no intuito de ilustrar a forma dos lances.

- 22.9. A licitação será dividida em itens e lotes, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens e lotes for de seu interesse.
- 22.10. Na proposta de preço deverão estar inclusos todos os custos necessários ao atendimento do objeto, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, taxas, transportes, material, colocação / instalação, garantia, seguros incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto.
- 22.11. O licitante deverá observar o valor unitário por item de **R\$ 1.283,50** (hum mil duzentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos) já está incluso o BDI de 28,35% sobre o qual serão dados dos descontos.
- 22.11.1. Os valores de BDI são fixos, não podendo ser alterados.
- 22.12. **Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:**
- 22.12.1. Apresentar atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprovem a aptidão da LICITANTE na prestação de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto deste Termo de Referência.
- 22.12.2. Possuir registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional competente (CREA OU CAU) em plena validade.
- 22.12.3. Indicar AS FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E PESSOAL TÉCNICO adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.
- 22.12.4. Serão aceitos como comprovantes de capacidade técnica operacional os CAT (Certidão de Acervo Técnico) ou ART, desde que as informações constantes desses documentos permitam aferir a similaridade/compatibilidade dos serviços.
- 22.12.5. Para os itens n. 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12, as licitantes **deverão apresentar** comprovação de possuir em seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, RESPONSÁVEL TÉCNICO devidamente registrado no CREA ou CAU, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço com características semelhantes ao objeto deste Termo de Referência, responsável pelos serviços constantes na proposta, conforme art. 59, da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.
- 22.12.6. Para os itens n. 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12, as licitantes **deverão apresentar** comprovação de possuir em seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, Engenheiro Eletricista devidamente registrado no CREA, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço com características semelhantes ao objeto deste Termo de Referência, responsável pelos serviços constantes na proposta, conforme art. 59, da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.
- 22.12.7. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.
- 22.12.8. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que tratam os subitens 20.13.5 e 20.13.6 poderão serem substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Pró-reitoria Administração e Infraestrutura.
- 22.12.9. As licitantes **deverão apresentar a Declaração de Vistoria** confirmando que a empresa tomou conhecimento dos locais e instalações da prestação dos serviços, tendo então pleno conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a execução dos mesmos, bem como de todas as informações necessárias à formulação da sua proposta de preços.

22.12.10. A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na licitação, ficando, contudo, as Licitantes cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

22.12.11. A apresentação da Declaração de Vistoria/Declaração de não Vistoria é obrigatória.

22.12.12. A participante do certame fica obrigada a declarar todas as obras e serviços de engenharia os quais possui contrato em vigor, bem como o valor, a porcentagem já executada até a data de realização do pregão e o prazo de vigência de cada contrato nas esferas Municipal, Estadual e Federal, nos termos do artigo 31, § 4º da lei 8666/93.

22.12.13. O capital social da empresa participante deverá corresponder no mínimo a 10% do somatório do saldo não executado de todas as obras e serviços de engenharia declarados com o valor máximo global dos lotes aos quais a participante deseja participar, nos termos do art. 31, § 3º da lei 8666/93.

22.12.14. O critério de julgamento da proposta é o de maior desconto por item.

22.12.15. A localização e características preliminares dos Itens e Lotes constam no Anexo III - Itens, Lotes da licitação e locais de prestação de serviços.

22.13. O critério de aceitabilidade dos preços unitários e global deve basear-se na fixação de preço máximo, de acordo com a Súmula 259 do TCU, *in verbis*: “Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a definição do critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, com fixação de preços máximos para ambos, é obrigação e não faculdade do gestor.” O Decreto nº 7.983, de 2013, em seu art. 2º, IX, define critério de aceitabilidade de preço como parâmetros de preços máximos, unitários e global, a serem fixados no edital de licitação para aceitação e julgamento das propostas dos licitantes.

22.14. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

22.14.1. Os valores máximos aceitáveis estão definidos em cada item conforme quadro no Item 1.1;

22.14.2. O Valor máximo aceitável global é de R\$ 5.629.431,00 (cinco milhões, seiscentos e vinte e nove mil quatrocentos e trinta e um reais);

22.14.3. Critérios de aceitabilidade de preços: valor do MAIOR DESCONTO por item conforme planilha no item 1.1.

22.15. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

23.1. O valor anual estimado é de R\$ 5.629.431,00 (cinco milhões, seiscentos e vinte e nove mil quatrocentos e trinta e um reais) considerando todos os Itens e Lotes.

23.2. Tal valor foi obtido a partir da soma dos valores referenciados pela Tabela SINAPI acrescidos do percentual do valor teto do BDI que corresponde a 28,35%, com base no **Acórdão n. 2622/2013 - TCU**, que orienta a adoção de percentuais referenciais, tendo em vista as peculiaridades da execução dos serviços nas unidades descentralizadas.

23.3. A presente contratação adota a metodologia de estabelecer a tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI como a referencial de preços, tendo em vista o disposto no art. 3º do Decreto 7.983/2013.

24. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

24.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato, conforme art. 7º, § 2º do decreto 7.892/2013.

25. **INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA DO CONTRATO**

25.1. A execução dos serviços será iniciada em até 10 dias após a assinatura do contrato.

- 25.2. O prazo de execução dos serviços dependerá da avaliação dos gestores e fiscais técnicos, considerando que os contratos serão por demanda.
- 25.3. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses contado da data de assinatura, podendo ser prorrogado por até 60 meses, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93, observados os requisitos abaixo enumerados e autorizados formalmente pela autoridade competente:
- 25.3.1. Quando os serviços forem prestados regularmente.
- 25.3.2. A contratada não tenha sofrido qualquer sanção que a impeça de contratar com a Administração Pública.
- 25.3.3. A administração tenha interesse na realização do serviço.
- 25.3.4. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso.
- 25.3.5. A contratada concorde expressamente com a prorrogação.
26. **DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 26.1. Nenhuma indenização será devida às licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa a presente licitação.
- 26.2. É facultado as autoridades que conduzirem a licitação, em qualquer de suas fases, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 26.3. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que, durante a realização da sessão pública do pregão, seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 26.4. Se a licitante vencedora deixar de assinar o contrato dentro de 5 dias úteis contados da data de recebimento da notificação, e sem justificativa por escrito e aceita pelo Pró-reitor de Administração e Infraestrutura, restará caduco o seu direito de vencedora, sujeitando-se às penalidades aludidas neste Edital.
- 26.5. É vedado às empresas concorrerem em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.
- 26.6. Para redação do presente Termo de Referência foi utilizado o modelo fornecido pela AGU para Serviços Comuns de Engenharia, com alterações visando o ajuste do modelo às rotinas de serviços de manutenção predial atuais e planejadas nos Estudos Preliminares.
27. **INTEGRAM ESTE TERMO DE REFERÊNCIA, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS:**
- Anexo I - Itens, Lotes da licitação e locais de prestação de serviços
- Anexo II - Características gerais dos imóveis
- Anexo III - Procedimentos para execução dos serviços
- Anexo IV - Materiais, equipamentos e ferramental básico
- Anexo V - Plano anual de Manutenção Preventiva
- Anexo VI - Instrumento de Medição de Resultado (IMR)
- Anexo VII - Relatório de Levantamento Técnico ([2857130](#))
- Anexo VIII - Estudo Técnico Preliminar (ETP) ([2884979](#))

ANEXO I - ITENS, LOTES DA LICITAÇÃO E LOCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Itens 01 e 02

Itens 01 e 02 - Reitoria, Pró-reitorias, Estádio Pedro Pedrossian e Agência de Tecnologia de Informação (AGETIC), Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição (FACFAN), Faculdade de Educação (FAED), Faculdade de Artes e Letras Comunicação (FAALC), Instituto Integrado de Saúde (INISA), Faculdade de Ciências Humanas (FACH), Instituto de Biociências (INBIO), Faculdade de Computação (FACOM), Faculdade de Direito (FADIR), Faculdade de Medicina (FAMED), Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FAMEZ), Faculdade de Odontologia (FAODO), Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia (FAENG), Instituto de Física (INFI), Instituto de Química (INQUI), Instituto de Matemática (INMA), Museu de Arqueologia da UFMS (MuArq), e demais unidades da Universidade.

Locais:

Cidade Universitária – Campo Grande: Av. Costa e Silva, s/nº - CEP: 79070-900

Museu de Arqueologia da UFMS - MuArq: Av. Fernando Correa da Costa, 559 - 1º andar

Fazenda Escola: BR-262, Km 23, Zona Rural, Terenos / MS

Área total construída: 207.264,65 m².

Telefones: (67) 3345-7158 / 67 3321-5751 (MuArq) / 67 3246-7216 (Fazenda Escola)

Item 03**Item 03 - Campus de Aquidauana****Locais:**

Unidade 1: Rua: Imaculada Conceição 163 - CEP 79200-000 / Cx. Postal nº 135.

Unidade 2: Rua Oscar Trindade de Barros, 740 – Bairro Serraria – CEP 79200-000.

Unidade 3: Rua Pandiá Calógeras, 387 – Centro.

Área total construída: 10.019,13 m².

Telefones: (67) 3241-0450.

Lote 01**Item 04 - Campus de Chapadão do Sul**

Local: Acesso à Fazenda Campo Bom - Rod MS 306 Km 105, CEP:79560-000 - Cx Postal 112 - Zona Rural.

Área total construída: 3.155,12 m².

Telefones: (67) 3562-6303.

Item 05 - Campus de Coxim.**Locais:**

Unidade 1: Av. Marcio Lima Nantes s/n, Vila da Barra - Estrada do Pantanal, CEP: 79400-000.

Unidade 2: Centro de Documentação Histórico e Memorial Henrique Spengler – Rua Jandira Cardeal Figueiredo, 80, CEP: 79400-000.

Área total construída: 2.906,68m².

Telefones: (67) 3291-2218.

Lote 02

Item 06 – Base de Estudos de Pantanal

Local: Unidade 1: Rodovia MS-184 - Km 12

Área total construída: 1.372,05 m².

Item 07 - Campus do Pantanal (Corumbá)

Locais:

Unidade 1: Av. Rio Branco, nº 1270, CX Postal 252 – CEP: 79304-020.

Unidade 2: Anfiteatro Salomão Baruki - Rua Poconé, 285 - Bairro Universitário

Unidade 3: Alfândega Nova – Rua Domino Sahib, 20, Centro

Unidade 4: Base de Estudos do Pantanal - Rodovia MS-184 - Km 12

Área total construída: 17.372,61 m².

Telefones: (67) 3234-6814.

Lote 03

Item 08- Campus de Naviraí

Local: Rodovia MS 141, Km 04, Saída para Ivinhema - Cx Postal 103 - CEP 79950.000.

Área total construída: 3.078,37 m².

Telefones: (67) 3409-1405.

Item 09 - Campus de Nova Andradina

Local: Rod MS 134, KM 3, Zona Rural. CEP 79750-000, Caixa Postal 128.

Área total construída: 2.977,00 m².

Telefones: (67) 3449-0527.

Item 10 - Campus de Ponta Porã

Local: Rua Itibiré Vieira, s/n – Residencial Julia Oliveira Cardinal - BR 463 – Km 4,5 - CEP 79907-414.

Área total construída: 2.978,98 m².

Telefones: (67) 3437-1700.

Lote 04

Item 11- Campus de Paranaíba

Local: Av. Pedro Pedrossian, 725 – Bairro Universitário.

Área total construída: 3.709,19 m².

Telefones: (67) 3669-0135.

Item 12 - Campus de Três Lagoas

Locais:

Unidade 1: Av. Capitão Olinto Mancini 1662 / CEP 79603-011 / Caixa Postal nº 210.

Unidade 2: Av. Ranulpho Marques Leal, 3484 / CEP 79620-080 / Caixa Postal nº 210.

Área total construída: 20.007,57 m².

Telefones: (67) 3509-3740.

ANEXO II – CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS IMÓVEIS CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS IMÓVEIS - COMPONENTES DA EDIFICAÇÃO ABRANGIDOS PELA MANUTENÇÃO PREDIAL

ELEMENTOS DE COBERTURA

1. estrutura
2. cobertura

DRENAGEM

1. impermeabilização
2. calhas e rufos
3. grades, grelhas, correntes, ralos e condutores

ELEMENTOS DE FECHAMENTO OU VEDAÇÃO

1. alvenaria
2. divisórias
3. gesso
4. pedras
5. vidro
6. carenagens

COMPLEMENTOS

1. ferragens
2. grades
3. guarda-corpos
4. acessórios

PISOS E REVESTIMENTOS

1. cerâmicos
2. mármore e granitos
3. cimentado
4. emborrachados
5. fitas antiderrapantes
6. juntas
7. rodapés
8. peitoris
9. soleiras
10. comum

11. porcelanato

12. pedras

PAVIMENTAÇÃO EXTERNA

1. cerâmico

2. blocos de concreto

3. paralelepípedos

4. concreto

5. pedra

FORRO

1. forro de gesso

2. forro de pvc

3. alçapões

PINTURA INTERNA

1. comum

2. segurança

3. piso

PINTURA EXTERNA

1. comum

2. segurança

3. piso

PINTURAS ESPECIAIS

1. tubulações

2. estacionamento

3. esquadrias

4. grades
5. janelas, portas e portões
6. puxadores
7. acessórios

ESQUADRIAS E ACESSÓRIOS

1. esquadrias de alumínio
2. janelas
3. portas

FERRAGENS E ACESSÓRIOS

- 1 fechaduras, dobradiças e ferragens em geral
2. molas aéreas
3. puxadores
4. vidros
5. brises
6. grades
7. corrimãos
8. Persiana

INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA FRIA

1. hidrômetro
2. reservatório
3. válvulas e caixas de descarga
4. registros, torneiras e metais sanitários
5. pias e louças em geral
6. acessórios para banheiro de PNE
7. tubulações
8. limpeza de caixas e reservatórios

INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ESGOTO SANITÁRIO

1. poços de recalque
2. tubulações
3. ralos e aparelhos sanitários
4. fossas sépticas
5. filtro anaeróbico
6. sumidouro
7. vala de infiltração
8. caixas coletoras e caixas de gordura
9. ventilação
10. limpeza de sistema de esgoto em geral

INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS

1. poço de recalque
2. tubulações
3. ralos e grelhas
4. caixa de inspeção e caixa de areia
5. sarjeta e boca de lobo

INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO

1. hidrantes completos e sprinklers
2. mangueiras
3. bombas hidráulicas
4. válvulas
5. equipamento de medição
6. tubulações

MANUTENÇÃO GERAL

1. furações
2. fixações
3. suporte diversos
4. serralheria e soldas em geral
5. muro e alambrado
6. guarita de vigilância

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

1. entrada em média e baixa tensão
2. entrada de energia
3. ramais de entrada
4. transformadores
5. disjuntores
6. chaves seccionadoras
7. para-raios
8. barramentos e conectores
9. sistema de aterramento
10. medição de média e baixa tensão

QUADROS ELÉTRICOS

1. quadros gerais de distribuição
2. quadros de força e luz
3. quadros de automação e controle
4. quadros de energia estabilizada
5. identificação e proteção de quadros
6. identificação de circuitos e rede

SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS

1. captores

2. pontaletes e isoladores
3. cabos de gaiolas e de descida
4. hastes e cabos enterrados
5. conectores e terminais de medição

SISTEMA DE ILUMINAÇÃO

1. luminárias para lâmpadas fluorescentes
2. outros tipos de aparelhos de iluminação
3. sistema de comando e dispositivos de controle
4. iluminação de emergência
5. iluminação de alerta e sinalização
6. iluminação de fachada
7. lâmpada fluorescente tubular, compacta e eletrônica
8. lâmpada incandescente comum e mista
9. lâmpada halógena
10. lâmpada tipo dicróica
11. lâmpada de vapor metálico e vapor de mercúrio
12. lâmpada tipo spot
13. soquetes e bocais
14. reatores diversos

SINALIZAÇÃO INTERNA E EXTERNA

1. totens e painéis
2. adesivos e películas
3. placas
4. placas de mesa
5. sinalização de piso
6. bandeiras

PONTOS DE FORÇA

1. tomada de uso comum
2. tomadas para equipamentos especiais
3. tomada em equipamentos tipo rack
4. tomada de sistema estabilizado

SISTEMAS DE ENERGIA ESTABILIZADA

1. nobreak para automação
2. sistema monofásico, bifásico e trifásico
3. estabilizadores de tensão monofásico, bifásico e trifásico

SISTEMA E DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO

1. protetores contra surtos para rede elétrica e telefonia
2. rede horizontal de dados
3. racks de sistema de cabeamento estruturado
4. testes e certificações de rede
5. identificação de pontos
6. cabos e fios telefônicos internos e externos

ANEXO III – PROCEDIMENTOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1. Mediante a utilização de OS – Ordem de Serviço, a CONTRATANTE, por intermédio do Fiscal do contrato, convocará a CONTRATADA, sempre que houver a necessária demanda, para a realização de serviços de manutenção ou de reparos.
2. Tais trabalhos deverão ser executados por profissionais qualificados especializados.
3. De acordo com a dimensão e complexidade dos serviços a serem realizados, será definido prazo para conclusão dos trabalhos em comum acordo entre a Fiscalização do contrato e a CONTRATADA. Tal prazo será registrado na OS e seu descumprimento estará sujeito à aplicação de penalidades.
4. Os serviços envolverão as especialidades dos seguintes profissionais:
 - Engenheiro Civil
 - Engenheiro Eletricista
 - Engenheiro Mecânico

- Desenhista Projetista com habilidade em CAD
- Gesseiro
- Serralheiro com habilidade em vidraçaria
- Pedreiro com habilidade em aplicação de revestimentos
- Pintor
- Servente de pedreiro
- Marceneiro
- Bombeiro Hidráulico
- Ajudante de eletricista
- Ajudante Geral

5. Os serviços serão pagos de acordo com a tabela SINAPI desonerada vigente no mês da assinatura do contrato para o Estado de Mato Grosso do Sul, inserindo-se o desconto dado pela CONTRATADA.

7. Caso o serviço não conste na tabela SINAPI desonerada vigente no mês da assinatura do contrato, a CONTRATADA elaborará a composição de preços, que será avaliada pela Fiscalização.

9. A CONTRATADA somente iniciará os serviços após a emissão da respectiva OS, ou autorização provisória, sendo considerados nulos para efeito de pagamento quaisquer serviços realizados sem a emissão de autorização.

10. **Sempre que exigido, a CONTRATADA obrigará-se a registrar a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica – dos serviços eventuais realizados, no CREA-MS, apresentando à Fiscalização o comprovante de registro e quitação, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.**

ANEXO IV – MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAL BÁSICO

1. A CONTRATADA será obrigada a disponibilizar nas dependências da CONTRATANTE os Materiais, Equipamentos, Aparelhos e Ferramental, abaixo relacionados, nas quantidades necessárias para a perfeita execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

2. Os Equipamentos, Aparelhos e Ferramental necessários à realização dos serviços, serão disponibilizados na medida das necessidades, pelo tempo necessário à realização dos serviços.

3. A relação abaixo não é exaustiva. A CONTRATADA estará obrigada a disponibilizar quaisquer outros materiais, equipamentos, aparelhos e ferramental que se fizerem necessários à perfeita execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO – MATERIAIS DE CONSUMO	ITEM	DESCRIÇÃO – MATERIAIS DE CONSUMO
1	Abraçadeiras diversas	21	Lâmina de serra manual
2	Adesivo plástico	22	Lixa
3	Aguarrás	23	Massa de vedação
4	Alavanca	24	Massa de vidro
5	Álcool	25	Palha de aço

6	Arames diversos	26	Pano de chão
7	Benzina	27	Pano para limpeza
8	Colas diversas, inclusive para pisos	28	Parafina
9	Corda de nylon 3/8	29	Parafusos, buchas, porcas e arruelas diversas
10	Detergente	30	Pasta Jóia
11	Estopa	31	Pilhas diversas
12	Fio de solda	32	Pregos em geral
13	Fita adesiva	33	Rebites
14	Fita crepe	34	Removedor
15	Fita de vedação (teflon)	35	Removedor de tintas p/ mãos
16	Fita demarcação amarela/preta	36	Rodo
17	Fita velcro para cabos	37	Rodo Selo plástico
18	Fita isolante	38	Silicone
19	Flanela	39	Tarrachas c/ cossinetes 1.1/4" até 2.1/2"
20	Graxa	42	Vassoura
21	Lâmina de serra manual		

ITEM	DESCRIÇÃO – EQUIPAMENTOS, APARELHOS E FERRAMENTAL
1	Alavanca
2	Alicate “Prensa Cabo”
3	Alicate bico chato
4	Alicate bico torto com mola
5	Alicate de corte
6	Alicate de Crimpar
7	Alicate torquesa
8	Alicates bico de papagaio
9	Alicates de corte diagonal
10	Alicates de pressão
11	Alicates Jacaré
12	Alicates universais com cabo isolado
13	Almotolia
14	Analizador de defeitos em circuitos elétricos e eletrônicos
15	Aparelho de solda elétrica
16	Arco de serra com lâminas
17	Aspirador Portátil
18	Base magnética - Kanet - MB-W
19	Benzina
20	Bomba de alto vácuo 1 SPCM

21	Bomba de óleo
22	Bomba lava-jato
23	Bomba tipo "sapo"
24	Brocas de aço carbono (bitolas diversas)
25	Brocas de aço rápido (bitolas diversas)
26	Brocas de vídea (bitolas diversas)
27	Câmera Termográfica
28	Carretilha
29	Cavalete em aço c/ capacidade para 5 toneladas
30	Cavalete em madeira
31	Cavalete/talhas elétricas p/ 3 ton
32	Certificador de Cabo de Fibra Óptica
33	Certificador de Cabo UTP
34	Chave ajustável
35	Chave Allen de 14mm
36	Chave Allen de 16mm
37	Chave Allen de 17mm
38	Chave cachimbo de 27mm
39	Chave catraca (cachimbo)
40	Chave combinada
41	Chave de grifo nº. 14
42	Chave de grifo nº. 18
43	Chave de grifo nº. 24
44	Chave de grifo nº. 36
45	Chave inglesa
46	Chave philips
47	Chaves de fenda diversas
48	Colher de pedreiro
49	Compressor portátil
50	Conjunto de brocas
51	Conjunto de ferramentas individuais para o mecânico de refrigeração
52	Conjunto de maçarico para corte e solda oxi-acetileno
53	Corte Dräger tipo DF (maçarico)
54	Corte Dräger tipo DR (maçarico)
55	Decapador de cabos
56	Decibelímetro Digital
57	Desempenadeira de madeira
58	Desentupidor de pia
59	Desentupidor de vaso

60	Discos de corte
61	Eletrodos
62	Enxada
63	Escada dupla
64	Escada elástica
65	Espátula
66	Esquadro de metal
67	Estilete
68	Extensão elétrica
69	Ferramenta de conexão 110 IDC
70	Ferramenta de terminação 110 IDC
71	Ferramentas individuais para oficial eletricista
72	Ferro de soda
73	Furadeira de coluna até 2"
74	Garra Jacaré Grande
75	Guia (condutor de cabos)
76	Guilhotina
77	Jogo de chaves Allen até 1.1/2" com 12 peças
78	Jogo de chaves combinadas c/ 7 peças de ½" a 1.1/2"mm
79	Jogo de chaves estria de 1/4" até 1"
80	Jogo de chaves estria de 7mm até 12mm
81	Jogos de ferramentas individuais para bombeiro hidráulico
82	Jogos de ferramentas individuais para mecânico
83	Lanterna Portátil
84	Lima
85	Lixadeira elétrica
86	Lupa 6 cm
87	Luxímetro
88	Macaco hidráulico nº. T5
89	Macho rosca fina 1.1/4" até 1 "
90	Macho rosca grossa 1.1/4" até 1"
91	Makita
92	Mangueira de nível
93	Mangueira p/ água com esguichos
94	Manivela
95	Manômetros
96	Manovacuômetro com manifold e mangueiras, imperial
97	Máquina de furar elétrica ½"
98	Máquina de furar elétrica 1.1/2"

99	Máquina de furar manual 1.1/4"
100	Máquina de furar manual 3/8"
101	Marreta
102	Martelo
103	Martelo de borracha
104	Medidor de energia eletrônico multifunção: KW/h, KVAR e Demanda Máxima
105	Medidor de fator de potência
106	Megômetro para teste de isolamento de motores e circuitos eletrônicos
107	Moto esmeril de bancada
108	Multímetro analógico 20 MEGA-OHMSN 484 - ENGRO
109	Multiteste (Volt/Ohm/Amp)
110	Pá
111	Pé-de-cabra
112	Peneira
113	Picareta
114	Pinça 6"
115	Pirômetro com ponta de prova para medida de superfícies, Alcance 0. 1 50-300o. c
116	Pistola de silicone
117	Prumo
118	Psicômetro
119	Rádio comunicador motorola talkabout ou similar
120	Registrador de Temperatura
121	Régua de alumínio
122	Riscador de cerâmica
123	Riscador de fórmica
124	Rotuladora tipo Brady TLS2200 ou equivalente, com etiquetas.
125	Saca Placa
126	Saca polia 206-1
127	Saca polia 206-2
128	Serra Tico-tico
129	Serracopo com adaptador
130	Serrote
131	Talhadeira
132	Talhas até 15 toneladas
133	Talhas até 7 toneladas
134	Tarrachas c/ cossinetes 1.1/4" até 2.1/2"
135	Termo laser
136	Termômetro de mercúrio 40o. 50o. C

137	Terrômetro medidor de isolamento de terra
138	Tesoura
139	Tesoura industrial
140	Testador de Cabo de Fibra Óptica
141	Testador de Cabo UTP - básico
142	Testes de tensão neon
143	Torno de banca para bombeiro hidráulico
144	Torno de bancada n.º 5
145	Torno de bancada n.º.3
146	Trena
147	Vacuômetro
148	Ventosa para vidros
149	Viradeiras
150	Voltímetro portátil classe 1% campo de medição 0-150-300v

ANEXO V – PLANO ANUAL DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA**1. Manutenção Elétrica**

Local	Descrição dos Serviços	Periodicidade
Abrigo para entrada de energia		
Área externa	Inspeção visual	Mensal
Área externa	Condição do poste - corrosão e danos	Mensal
Área externa	Condição das caixas - corrosão e danos	Mensal
Área externa	Condição da laje - fissuras e infiltrações	Mensal
Área interna	Limpeza da cabine	Semestral
Área interna	Inspeção visual	Mensal
Área interna	Aperto geral de parafusos	Semestral
Área interna	Lubrificação das partes móveis	Semestral
Área interna	Análise do óleo dos transformador	Anual
Área interna	Ensaio de resistência de isolamento dos transformadores (megger)	Anual
Área interna	Ensaio de resistência de contato do disjuntor (Ponte Kelvin)	Anual
Área interna	Limpeza da parte externa do transformador e isoladores	Semestral
Área interna	Inspeção de vazamentos de óleo isolante do transformador	Semestral
Área interna	Testar isolamento do transformador	Anual
Área interna	Testar isolamento dos barramentos	Anual
Área interna	Inspeção da fixação e do reaperto das conexões elétricas de média tensão	Semestral
Área interna	Inspeção dos reles de gás, temperatura, indicadores de nível de óleo	Semestral
Área externa e interna	Pintura geral da cabine	Anual

Área interna	Realizar Inspeção termográfica de todas as conexões com laudo	Anual
Área interna	Verificação da validade de luvas e tapetes isolante	Anual
Rede de distribuição elétrica		
Geral	Inspeção Visual	Mensal
Geral	Verificar emendas, conectores e derivações	Trimestral
Geral	Verificar identificação dos cabos, caixas e quadros	Trimestral
Geral	Inspecionar quanto ao estado de conservação e limpeza das caixas de passagem, dutos, eletrocalhas, galerias, canaletas e quadros de distribuição	Trimestral
Geral	Inspecionar quanto às condições elétricas as caixas de passagem, dutos, eletrocalhas, galerias, canaletas e quadros de distribuição	Trimestral
Geral	Limpar dreno da caixa de passagem, galerias e canaletas	Trimestral
Geral	Inspecionar e testar isolamento dos circuitos elétricos, substituindo os que não atenderem as especificações técnicas em vigor	Trimestral
Geral	Verificar circuitos desativados e retirá-los, se for o caso	Trimestral
Geral	Realizar poda de arvore ao longo das linhas de Média tensão	Semestral
Geral	Lubrificação de chaves fusível e chave faca	Semestral
Quadros de Baixa Tensão		
Geral	Inspeção Visual	Mensal
Geral	Verificar identificação de circuitos e caso não haja, efetuar.	Semestral
Geral	Verificar quanto a aquecimento de cabos, terminais, barramentos, disjuntores, contadores e demais componentes do sistema	Trimestral
Geral	Verificar quanto à fixação de quadros, isoladores, barramentos, contadores, disjuntores e demais componentes dos sistemas	Trimestral
Geral	Inspecionar funcionamento de voltímetros, amperímetros, contadores, chaves seletoras, relés, sensores e demais componentes do sistema,	Trimestral
Geral	Inspecionar quanto à conservação, arrumação e pinturas dos quadros	Trimestral
Geral	Verificar condições de funcionamento de barramentos, conexões, terminais e demais componentes do sistema	Trimestral
Geral	Verificar circuitos desativados e retirá-los, se for o caso	Trimestral
Geral	Efetuar limpeza geral interna e externa	Trimestral
Geral	Inspecionar o aterramento de todo o sistema, realizando medições ôhmicas	Anual
Geral	Realizar reaperto de parafusos e conexões	Trimestral
Quadro de Distribuição de Força (QDF)		
Geral	Inspeção Visual	Mensal
Geral	Verificar aterramento	Trimestral
Geral	Conferir reaperto nas conexões elétricas	Trimestral
Geral	Verificar funcionamento do resistor de aquecimento (quando existente)	Trimestral
Geral	Verificar funcionamento dos disjuntores	Semestral
Geral	Verificar funcionamento dos transdutores	Semestral
Geral	Conferir e revisar circuito/função e diagrama unifilar conforme disposição no QDC	Semestral
Geral	Testar isolamento do transformador	Anual
Geral	Testar isolamento dos barramentos	Anual
Geral	Tensão de saída	Semestral
Geral	Corrente de saída	Semestral
Geral	Verificar lâmpada de sinalização, interruptores e botoeiras	Semestral
Geral	Verificar trincos, fechaduras e dobradiças	Semestral

Geral	Queda de tensão	Semestral
Geral	Aquecimento dos barramentos	Semestral
Geral	Fixação e aquecimento da base de fusíveis	Semestral
Geral	Módulo de fusíveis	Trimestral
Geral	Realizar limpeza geral	Semestral
Geral	Verificação do estado da pintura	Semestral
Quadro de Iluminação de Emergência		
Geral	Inspeção Visual	Mensal
Geral	Tensão de saída	Mensal
Geral	Corrente de saída	Mensal
Geral	Queda de tensão	Mensal
Geral	Aquecimento dos barramentos	Mensal
Geral	Aquecimento da base de fusíveis	Mensal
Geral	Módulo de fusíveis	Mensal
Circuito de iluminação, tomadas, luminárias e refletores		
Geral	Inspeção Visual	Mensal
Geral	Vistoriar todas as dependências, inclusive área externa, substituindo lâmpadas queimadas, com brilho arroxado, com extremidades enegrecidas, etc. Antes de substituir qualquer lâmpada, inspecionar contatos internos, fixação, soquetes, reator, fotocélulas, etc.	Mensal
Geral	Corrigir fixação das tampas	Mensal
Geral	Verificar funcionamento das lâmpadas de balizamento noturno e sinalização, bem como de suas fotocélulas	Mensal
Geral	Reapertar carcaças das tomadas	Mensal
Geral	Reapertar parafusos de sustentação	Semestral
Geral	Inspecionar reatores (quando existentes) e reapertá-los	Semestral
Geral	Inspecionar e reapertar bases e soquetes	Semestral
Geral	Verificar aterramento das calhas	Trimestral
Geral	Vistoriar estado geral da fiação quanto ao aquecimento, isolamento etc.	Semestral
Geral	Inspecionar caixas de interruptores das lâmpadas	Semestral
Geral	Inspecionar redes de tomadas, verificando bases e soquetes	Semestral
Geral	Testar comando remoto da iluminação	Trimestral
Geral	Verificar quanto à fixação de difusores, globos, grades, receptáculos, ignitores, reatores, capacitores e demais acessórios do sistema	Semestral
Geral	Verificar quanto ao estado de conservação e funcionamento os difusores, globos, grades, receptáculos, ignitores, reatores, capacitores e demais acessórios do sistema	Semestral
Geral	Verificar quanto a inclinação, alinhamento, vedação e luminosidade, sugerindo melhorias, caso seja necessário	Semestral
Sistema de proteção contra descarga Atmosférica (SPDA)		
Geral	Inspeção Visual	Mensal
Geral	Conexões da malha de aterramento	Semestral
Geral	Condição geral dos pára-raios	Semestral
Geral	Verificar estado dos pára-raios	Semestral
Geral	Verificar estado dos captosres	Semestral

Geral	Verificar conexões elétricas	Semestral
Geral	Conferir reaperto geral	Semestral
Geral	Verificar estado das soldas exotérmicas	Semestral
Geral	Verificar estado dos conectores	Semestral
Geral	Medir resistividade da malha	Semestral
Geral	Medir continuidade da malha, quando necessário	Semestral
Geral	Proceder limpeza nas caixa de inspeção	Semestral
Geral	Elaborar atualização de mapa de localização das malhas, caso não haja identificação, fazê-la	Semestral
Geral	Efetuar tratamento de solo para correção do sistema quando for o caso	Anual
Geral	Efetuar revitalização do sistema, caso haja necessidade	Anual
Demais Equipamentos		
Geral	Inspeção Visual	Mensal
Geral	Funcionamento dos instrumentos e comandos dos painéis	Mensal
Geral	Lâmpadas/led's	Mensal
Geral	Sinalização local	Mensal

ANEXO VI – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

1. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) define metas quantificáveis a serem cumpridas pela CONTRATADA na execução do Contrato. Para tanto, são definidos indicadores objetivamente mensuráveis que buscam aferir e avaliar a qualidade da prestação dos serviços contratados.

2. O cumprimento do IMR condiciona o pagamento dos serviços prestados.

3. Níveis de severidade

3.1. Dependendo da criticidade e urgência demandada, o serviço de manutenção poderá ser classificado pelos seguintes níveis de severidade:

3.1.1. Severidade “alta” – quando houver a necessidade de restabelecimento urgente do funcionamento de instalações ou equipamentos críticos para a missão da UFMS ou que impliquem em risco à segurança ou à integridade física de pessoas.

3.1.2. Severidade “média” – problemas que ofereçam risco iminente de dano patrimonial ou que interfiram no bom andamento das atividades da UFMS, sem interrompê-las, mas degradando significativamente a produtividade, podendo culminar com a sua interrupção.

3.1.3. Severidade “baixa” – serviços que não se enquadrem como severidade “alta” ou “média”.

3.2. As execuções de manutenção predial corretiva deverão se dar dentro dos prazos máximos estabelecidos de acordo com seus níveis de severidade e contados a partir do resultado das atividades de manutenção preventiva conforme segue:

3.2.1. Até 1 (um) dia útil para severidade “alta”.

3.2.2. Até 5 (cinco) dias úteis para severidade “média”.

3.2.3. Conforme o prazo estipulado na Ordem de Serviço para severidade “baixa”.

3.3. A contagem do prazo de atendimento poderá ser suspenso ou prorrogado pela UFMS mediante solicitação da CONTRATADA acompanhada de justificativa e programação.

4. Indicadores de medição de resultado.

4.1. Indicadores definem a medição do resultado inicialmente exigido e que deve ser cumprido pela CONTRATADA. A qualquer tempo, no decorrer da vigência do contrato, os indicadores de medição de resultado poderão ser revistos, mediante acordo entre as partes.

4.2. O IMR será feito por demanda pela CONTRATANTE por meio do indicador denominado “Nota de Avaliação” (NA).

4.3. A Nota de Avaliação será calculada a partir do registro de ocorrências, que determinará a perda de pontos por parte da CONTRATADA considerando o impacto de criticidade de cada ocorrência, conforme a fórmula abaixo e a tabela de ocorrências a seguir:

$$NMA = 10 - \sum \text{PONTOS PERDIDOS}$$

Item	Descrição da Ocorrência	Incidência	Pontos Perdidos
1	Permitir que solicitações de severidade “alta” fiquem pendentes por prazo superior 12 horas.	Por solicitação e por dia de atraso	0,5 ponto
2	Permitir que solicitações de severidade “média” fiquem pendentes por prazo superior a um dia úteis.	Por solicitação e por dia de atraso	0,2 ponto
3	Permitir que solicitações de severidade “baixa” fiquem pendentes por prazo superior a cinco dias úteis.	Por solicitação e por dia de atraso	0,1 ponto
4	Não promover a substituição de empregado que se conduza de modo incompatível com a moralidade administrativa ou que não atenda às necessidades de realização do objeto contratado.	Por empregado e por dia	0,3 ponto
5	Não dar andamento aos serviços programados no devido prazo	Por solicitação	0,3 ponto
6	Não atender, injustificadamente, item do plano de manutenção preventiva	Por local de prestação do serviço e por item	0,3 ponto
7	Recusar-se a executar ou descumprir serviço necessário à plena execução do objeto pactuado	Por serviço e por dia	1,0 ponto
8	Utilizar materiais de baixa qualidade na execução dos serviços	Por ocorrência	1,0 ponto
9	Descumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nesta tabela, após reincidência formalmente notificada pelo agente fiscalizador	Por ocorrência	1,0 ponto
10	Negligenciar o zelo das máquinas, equipamentos e instalações da CONTRATANTE	Por ocorrência	1,5 ponto
11	Utilizar recursos da CONTRATANTE, diretamente ou por meio de seus prepostos, para realização de atividades alheias aos serviços previstos ou englobados na contratação	Por ocorrência	2,0 pontos
12	Suspender ou interromper os serviços contratuais, salvo por motivo de caso fortuito ou força maior	Por unidade de atendimento e por dia	2,0 pontos
13	Não fornecer equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários à execução dos serviços ou permitir que os serviços sejam executados sem a sua utilização, quando esta for indicada	Por ocorrência	2,0 pontos
14	Permitir situação que crie risco à saúde ou à integridade física das pessoas	Por ocorrência	2,0 pontos
15	Fraudar, manipular ou descaracterizar indicadores/metadados de níveis de serviços por quaisquer subterfúgios	Por indicador/ meta de nível de serviço manipulado	3,0 pontos

4.4. A meta a ser cumprida pela CONTRATADA será a obtenção de uma Nota de Avaliação (NA) maior ou igual a 9,0.

5. A adequação do pagamento pelo não atendimento das metas estabelecidas dar-se-á de acordo com a Nota de Avaliação obtida pela CONTRATADA, considerando os critérios definidos a seguir:

5.1.1. Simples notificação, quando a NA for menor que 9,0 e maior ou igual a 8,0.

5.1.2. Desconto de 1% do valor faturado da ordem de serviço a cada ponto perdido, quando a NA for menor que 8,0 e maior ou igual a 5,0;

5.1.3. Desconto de 5% do valor faturado da ordem de serviço, quando a NA for inferior a 5,0.

5.1.4. Os descontos acima definidos incidirão sobre o valor total da Nota Fiscal.

Campo Grande-MS, 17 de novembro de 2021.

Sandro Fabian Francilio Dornelles

Diretor de Planejamento e Gestão de Infraestrutura - DINFRA/PROADI



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Fabian Francilio Dornelles, Diretor(a)**, em 18/11/2021, às 08:33, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2913851** e o código CRC **C2BCE5B8**.